

Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica – SAAS
Gerência de Gestão de Aquisições

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019/SEMA
PROCESSO Nº 153655/2018

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representado pela Presidente da Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria conjunta SEMA/SINFRA nº 003/2019, publicada no D.O.E. do dia 30 de maio de 2019, vem, em razão do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA**, CNPJ: 27.406.174/0001-05, protocolo nº 382569/2019, decidir motivadamente a respeito, conforme segue:

DAS PRELIMINARES

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA**, CNPJ: 27.406.174/0001-05.

Verifica-se a tempestividade e a regularidade do presente recurso, atendendo ao previsto na Lei nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 840/2017 e no item 22.2 do Edital de Licitação Tomada de Preços nº 003/2019.

RELATÓRIO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Às 14:00 horas do dia 02 de julho do ano de 2019 foi aberta a sessão pública de licitação para a Tomada de Preços nº 002/2019, realizada no Auditório Pantanal para abertura dos envelopes das Propostas de Preços, estava presente somente o representante da empresa **Excelência Engenharia e Meio Ambiente Ltda-EPP**.

Durante a sessão, houve a participação de 03 (três) empresas interessadas nos **Lotes 01, 02, 03 e 04**, sendo que após a análise das Propostas de Preços, chegou a seguinte ordem classificatória.

Lote 01: Canarana

	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO	VALOR
1º	LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME	05.511.353/0001-70	CLASSIFICADA	R\$ 231.139,94
2º	MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA	27.406.174/0001-05	CLASSIFICADA	R\$ 245.817,82
3º	EXCELÊNCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA/EPP	00.564.373/0001-95	CLASSIFICADA	R\$ 245.964,45

LOTE 02: Querência:

	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO	VALOR
1º	LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA	05.511.353/0001-70	CLASSIFICADA	R\$ 242.364,80



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica - SAAS
Gerência de Gestão de Aquisições

	CONSTRUÇÕES ME			
2º	MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA	27.406.174/0001-05	CLASSIFICADA	R\$ 257.872,07
3º	EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA/EPP	00.564.373/0001-95	CLASSIFICADA	R\$ 257.947,18

LOTE 03: Ribeirão Cascalheira

	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO	VALOR
1º	LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME	05.511.353/0001-70	CLASSIFICADA	R\$ 208.919,14
2º	EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA/EPP	00.564.373/0001-95	CLASSIFICADA	R\$ 222.213,70
3º	MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA	27.406.174/0001-05	CLASSIFICADA	R\$ 222.999,97

LOTE 04: São Félix do Araguaia:

	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO	VALOR
1º	LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME	05.511.353/0001-70	CLASSIFICADA	R\$ 229.451,00
2º	EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA/EPP	00.564.373/0001-95	CLASSIFICADA	R\$ 244.089,68
3º	MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA	27.406.174/0001-05	CLASSIFICADA	R\$ 245.128,92

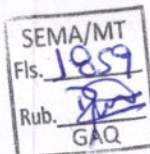
O resultado com a ordem de classificação dos licitantes foi publicado no D.O.E. do dia 02 de agosto de 2019, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para eventuais interposições de recurso, sendo que a empresa **MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA**, interpôs recurso.

DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO E DO PRAZO

A manifestação de intenção recursal do licitante preencheu os requisitos mínimos para sua aceitação, conforme art. 48 do Decreto Estadual nº 840/2017, a mesma foi aceita, tendo em vista promover a transparência dos atos da Tomada de Preços, sendo que os autos do processo ficaram com vistas franqueadas conforme previsto em Edital.

DAS RAZÕES DE RECURSO EMPRESA MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA, CNPJ: 27.406.174/0001-05

O Recorrente alega em síntese que a empresa LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME, apresentou vários erros graves em suas planilhas orçamentárias para todos os lotes, quais sejam:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica – SAAS
Gerência de Gestão de Aquisições

1. Não apresentou a declaração da letra G do item 14.1, subitem 14.1.1, sendo esta declaração de suma importância, pois se trata da garantia da obra;
2. Não apresentou as composições ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS, sendo essencial para verificação de preços, apresentou apenas as composições SINTÉTICAS, ou seja, não detalhou os serviços;
3. Apresentou recolhimento de impostos errados e fora da lei que a empresa é obrigada a recolher, apresentando em seus impostos na composição de BDI os percentuais de empresas optantes pelo lucro presumido e a empresa LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME, é optante do SIMPLES NACIONAL, causando sérias divergências nos percentuais apresentado no seu BDI e no real recolhimento de impostos.

DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Em sede de contrarrazões a empresa LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME rebateu as razões da recorrente, alegando em síntese que:

1. A alegação de que não cumpriu o item 14.1.1, não procede tendo em vista que não vislumbra a obrigatoriedade da declaração de garantia de obra, e sim que serviço de arquitetura/engenharia tem garantia de 05 anos, sendo a obrigatoriedade meramente interpretativa, e o Edital não traz tal obrigatoriedade.
2. A alegação de que não cumpriu o item 14.1.3, é frágil e contraria o Edital, percebe-se de forma clara que as planilhas foram apresentadas corretamente e em CDROM ou DVD, e o item 14.1.3.1, reza que caso houver algo em desconformidade na planilha a COMISSÃO recalculará sempre no menor preço.
3. A alegação de que a empresa apresentou recolhimento de impostos errados e fora da lei que a empresa é obrigada a recolher, não deve prosperar, tendo em vista que é um erro formal que poderá ser sanável.

É o relatório.

DO MÉRITO

Quanto a alegação de que a empresa LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME não apresentou a declaração da letra G do item 14.1, subitem 14.1.1, sendo esta declaração de suma importância, pois se trata da garantia da obra, **não deve prosperar, primeiro por que** apesar de constar no subitem 14.1.1, letra "G", verifica-se que no ANEXO IX - TERMO DE PROPOSTA COMERCIAL, não consta a referida declaração de que o serviço de arquitetura/engenharia, tem garantia de 5 (cinco) anos, **segundo porque** apesar da declaração constar no rol do subitem 14.1.1, letra "G", a sua omissão não é passível de desclassificação, haja vista que a garantia de 05 anos para serviço de arquitetura/engenharia, é uma imposição legal, conforme a Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil), que em seu art. 618, exige que nos contratos de empreitada

Assinatura



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica – SAAS
Gerência de Gestão de Aquisições

de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. *In verbis*.

"Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo."

Além, da imposição legal, esta garantia também faz parte do Termo de Referência, do Edital n.º 002/2019, assim como da minuta do contrato – Anexo XV do Edital e fará parte do futuro Contrato a ser firmado, ou seja, trata-se de uma omissão irrelevante que não trará prejuízo à administração pública, tendo em vista que já trata-se de uma imposição legal, a qual independe de declaração.

Edital n.º 002/2019:

14. DAS GARANTIAS:

14.1 GARANTIA DO OBJETO:

14.1.1 Mínimo 05 (cinco) anos conforme Art. 618 do Código Civil de 2002.

Minuta do Contrato

Clausula Segunda – Do Objeto

2.6. O presente serviço na área de Arquitetura/Engenharia tem garantia pelo período de 05 (cinco) anos.

Quanto à alegação de que a empresa não apresentou as composições ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS, sendo essencial para verificação de preços, apresentando apenas as composições SINTÉTICAS, ou seja, não detalhou os serviços, temos a esclarecer que a empresa LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ME apresentou a planilha em conformidade com o modelo disponibilizado pela SEMA, senão vejamos:

- O Edital no item 14.1.3 estabelece que a Planilha de "Composição Analítica de Preços Unitários" deverá ser apresentada conforme modelo do ANEXO IX. *In verbis*.

14.1.3. Planilha de Composição Analítica de Preços Unitários, conforme modelo do ANEXO IX, preenchida e assinada, impressa e em CD ROM ou DVD dos serviços que compõem a Planilha Orçamentária.

O modelo disponibilizado pela SEMA contou com a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS, que apresenta 47 composições, contendo informações suficientes para análise das propostas, além disso, a proponente utilizou os demais serviços referenciados no Boletim SINAPI (fev/2019 sem desoneração), ao qual podemos recorrer a qualquer tempo para esclarecer o tipo e qualidade do material que também é estabelecido pelo Memorial Descritivo.

- Ainda que não tivéssemos acesso aos serviços referenciados por meio do Boletim SINAPI (fev/2019 sem desoneração), a PLANILHA DE



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica – SAAS
Gerência de Gestão de Aquisições

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇOS pode ser solicitada a qualquer tempo pela ADMINISTRAÇÃO, pois trata-se de documento complementar, não sendo determinante para a definição da empresa vencedora do certame, razão pelas quais esta alegação também não deve prosperar.

Quanto a alegação de que *"a empresa apresentou recolhimento de impostos errados e fora da lei que a empresa é obrigada a recolher"*, temos a esclarecer que realmente assiste razão a recorrente, porém, por se tratar de disposição legal, ou seja, a empresa terá que recolher de acordo com seu regime tributário a qual se enquadra, de acordo com as alíquotas constantes no ANEXO IV da Lei complementar n.º 123/2006, portanto, trata-se de um erro formal sanável, devendo a empresa LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ME, ser notificada para adequar suas alíquotas de acordo com o regimes de tributação que está enquadrada, e caso não se adequar, ai sim justificaria sua **desclassificação**, devendo ainda demonstrar sua qualidade de ME ou EPP, bem como seu faturamento bruto anual, evitando futuro ressarcimento do percentual de PIS, ISS e Cofins discriminados na planilha de composição do BDI em alíquotas eventualmente superiores às quais a contratada está obrigada a recolher.

Esse é o entendimento deste Tribunal de Contas da União nos seguintes termos:

200. Dessa forma, nos orçamentos de obras públicas, a estimativa dos percentuais dos tributos do BDI ganha uma maior complexidade, visto que não é possível prever os diversos regimes de tributação que as empresas licitantes estão enquadradas, além da própria diversidade de tributos que compõem o Simples Nacional e da variabilidade de seus percentuais, bem como da exclusão das contribuições sociais do Sistema S (Sesi, Senai, Sebrae etc.) do cálculo dos encargos sociais das obras. Em função disso, considera-se que o BDI do orçamento-base da licitação pode, por exemplo, estimar os percentuais dos tributos que incidem sobre o faturamento (ISS, PIS e Cofins) pelo regime comum e incluir os gastos previstos para o ressarcimento dos encargos sociais daquelas contribuições sociais.

201. Por outro lado, na fase de elaboração das propostas de preços, considera-se que a composição de BDI das ME e EPP contratadas pela Administração Pública deve prever alíquotas compatíveis com aquelas em que a empresa está obrigada a recolher, conforme os percentuais contidos no Anexo IV da LC 123/2006, e não incluir na composição de encargos sociais os gastos relativos ao ressarcimento das contribuições a que estão dispensadas de recolhimento, conforme disposto no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

Acórdão 3.037/2009-TCU-Plenário:

"9.2.2.4. adote as medidas necessárias ao ressarcimento do percentual de PIS, ISS e Cofins discriminados na planilha de composição do BDI em alíquotas eventualmente superiores às quais a contratada está obrigada a recolher, em face de ser optante do Simples Nacional, bem como ao ressarcimento dos encargos sociais referentes ao Sesi, Senai e Sebrae, dos quais a empresa está dispensada do pagamento, conforme previsto no art. 13, § 3º, da LC nº 123/2006 e que foram acrescidos indevidamente na planilha de composição de encargos sociais;"



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica - SAAS
Gerência de Gestão de Aquisições

202. Para evitar que um licitante possa ser beneficiado de maneira indevida, no momento ainda anterior à assinatura dos contratados administrativos, é importante que seja confirmada a qualidade de ME ou EPP das empresas vencedoras do certame. Vale citar que o TCU já declarou inidôneas empresas que, após ultrapassarem os limites de receita que as qualificavam como ME e EPP no exercício anterior ao do certame, venceram licitação usando o direito de preferência previsto na LC 123/2006, conforme Acórdãos 1.028/2010, 3.228/2010, 1.232/2011 e 2.606/2011, todos do Plenário.

203. Conclui-se, dessa forma, que a proposta de preços da empresa vencedora do certame, comprovadamente optante do Simples Nacional deve estar de acordo com as disposições previstas na LC 123/2006 quanto aos tributos que integram a composição de BDI e às contribuições do Sistema S que compõem os encargos sociais da obra, por se tratar de um regime diferenciado e favorecido dispensado às ME e EPP por força de expressa previsão constitucional, de modo que os benefícios tributários conferidos pelo Simples Nacional estejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração Pública.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, CONHEÇO o recurso interposto pela RECORRENTE, por ser tempestivo e estar nos moldes legais para, no mérito julgar IMPROCEDENTE e, como consequência, MANTENHO a decisão que declarou vencedora a proposta da empresa **LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ME**, inscrita no CNPJ nº 05.511.353/0001-70, para os lotes 01, 02, 03 e 04, da **TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2019 – SEMA/MT**, desde que a empresa **LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ME**, após notificação, adeque suas alíquotas de acordo com o regimes de tributação que está enquadrada, demonstre sua qualidade de ME ou EPP, bem como seu faturamento bruto anual, sob pena de **desclassificação**.

Cuiabá, 23 de agosto de 2019.

Regane M. Tenroller

Presidente da Comissão Especial de Licitação
Portaria Conjunta SEMA/SINFRA nº 003/2019, de 30/05/2019



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica - SAAS
Gerência de Gestão de Aquisições

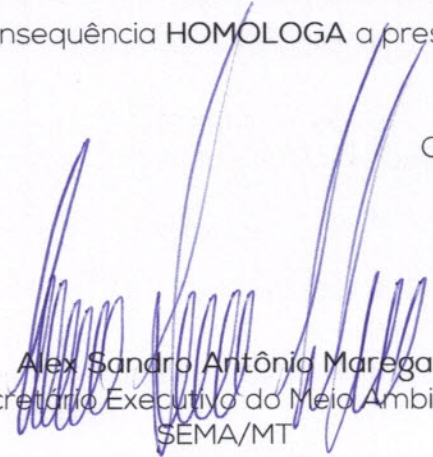
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019/SEMA

PROCESSO N.º 153655/2018

Nos termos do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, ante os fundamentos da informação da Presidente da Comissão Especial de Licitação, o Secretário Executivo de Estado de Meio Ambiente **DECIDE: CONHECER** do recurso formulado pela empresa **MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA**, CNPJ: 27.406.174/0001-05, para no mérito julgar **IMPROCEDENTE** e, como consequência **HOMOLOGA** a presente decisão.

Cuiabá, 23 de agosto de 2019.


Alex Sandro Antônio Marega
Secretário Executivo do Meio Ambiente
SEMA/MT



